



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

INTERVENÇÃO DE EDUARDO FERRO RODRIGUES,

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

TOMADAS DE POSSE

ENTIDADE REGULADORA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

MEMBRO DO CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO DO SIRP

PALÁCIO DE SÃO BENTO – 14 DEZEMBRO DE 2017

Estamos hoje reunidos por ocasião da posse do Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, bem como do novo membro do Conselho de Fiscalização do SIRP.

A todos os novos membros destes órgãos, desejo as maiores felicidades para o mandato que agora iniciam.

Quero aqui também saudar o sentido de liderança e a responsabilidade dos deputados que finalmente conseguiram estas eleições, com uma palavra especial para os Presidentes Hugo Soares e Carlos César, e respetivos Grupos Parlamentares.

Em democracia todas as divergências políticas são legítimas, mas toda a lealdade institucional é devida.

Os órgãos externos da Assembleia da República devem estar em pleno funcionamento.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

Essa exigência institucional sobrepõe-se sempre a divergências conjunturais ou políticas. Nem os portugueses compreenderiam que fosse de outra forma.

A democracia pressupõe um regime de separação de poderes, de respeito pelas minorias e de pluralismo e transparência na comunicação social.

O pluralismo e a transparência são condição de credibilidade para essa missão essencial que é informar.

Vivemos tempos desafiantes para a comunicação social, para a profissão do jornalista e para a imprensa.

A informação online e as redes sociais parecem estar a ganhar terreno e isso muda toda a lógica da produção da notícia, do exercício da profissão e do mercado publicitário.

Mas não está escrito em lado nenhum que o jornalismo não tenha futuro em rede.

Um jornalismo profissional, plural e transparente será sempre imbatível perante a lógica perversa das chamadas fake news, as falsas notícias – uma expressão de que não gosto porque se são falsas então não são notícias.

A Entidade Reguladora para a Comunicação Social é neste contexto um órgão da maior importância.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

A regulação tem aqui um papel insubstituível, quer na promoção do escrutínio destes fenómenos de degradação do espaço público quer na condenação das práticas contrárias à deontologia do jornalismo que minam a qualidade da democracia.

É pois neste contexto desafiante de transformações tecnológicas globais e de pressões laborais e profissionais que a ERC vai exercer o seu trabalho regulador.

Competência e experiência não faltam neste Conselho Regulador, presidido pelo Senhor Juiz Conselheiro Sebastião Póvoas. Só posso desejar a todos os seus membros as maiores felicidades. Ao Presidente e à Senhora Conselheira Maria de Fátima Lima e aos Senhores Conselheiros Dr. Francisco de Azevedo e Silva, Dr. João Pedro Figueiredo e Dr. Mário Mesquita.

A atividade dos serviços informações é hoje porventura mais importante do que nunca. E nesse sentido, a fiscalização parlamentar das suas atividades também.

Vivemos hoje um novo quadro de ameaças e desafios à segurança nacional e à segurança europeia.

À cabeça, temos o terrorismo como principal ameaça.

A resposta dos Estados passa pela cooperação internacional e assenta em instrumentos sólidos.

Entre esses instrumentos estão, naturalmente, os Serviços de Informações.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

Nenhum Estado, nenhum regime garante a sua segurança sem bons serviços de informações.

Em democracia, as informações são escrutinadas pelos parlamentos e limitadas pelo império da lei.

As informações, ao mesmo tempo que zelam pela nossa segurança, devem respeitar direitos, liberdades e garantias.

Nesta dimensão, o Conselho de Fiscalização do SIRP ocupa um papel central.

Trata-se de um papel particularmente complexo, já que para ser bem desempenhado implica um justo equilíbrio entre a preservação da operacionalidade da informação classificada e o respeito pelas garantias dos cidadãos.

Para este efeito, a Lei atribui ao Conselho competências muito específicas e muito concretas no acompanhamento da atividade dos serviços de informações.

O Conselho recebe regularmente informação dos serviços e pode solicitar elementos constantes do centro de dados.

Pode realizar visitas de inspeção.

Emite pareceres e pode propor ao Governo ações inspetivas.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

Compete-lhe igualmente informar anualmente a Assembleia da República sobre as atividades dos serviços de informação.

São direitos da democracia mas são também grandes responsabilidades.

O Dr. Abílio Morgado acaba de ser eleito membro do Conselho de Fiscalização do Serviço de Informações da República Portuguesa.

Pelo seu sentido de serviço público, pela sua sensibilidade às questões da segurança, estamos certos que vai estar à altura desta enorme responsabilidade que lhe foi conferida pelos representantes do povo português, ao lado do Senhor Deputado Filipe Neto Brandão e do Senhor Dr. António Rodrigues.

Muito obrigado pela presença de todos na Assembleia da República.

Eduardo Ferro Rodrigues